

Corrupção e desmonte ambiental no Brasil

As relações diretas entre a corrupção e a desregulação e o desmonte ambientais

Ana Frazão

Advogada. Professora de Direito Civil e Comercial da UnB. Ex-Conselheira do CADE.

Em coluna recente, na qual tratava das razões pelas quais a corrupção vem aumentando no Brasil¹, eu já havia acenado para alguns dos desdobramentos das práticas institucionalizadas de corrupção sobre o meio ambiente. Diante da COP-27, vale a pena retomar o tema, pois, como acertadamente afirmou o Secretário-Geral das Nações Unidas Antonio Guterres², no seu discurso, ou a humanidade coopera, por meio de um pacto de solidariedade climática, ou irá perecer, por meio de um pacto de suicídio coletivo.

Certamente a reconstrução da política ambiental será um dos principais desafios do governo Lula. No Relatório *Reconstrução*, o Instituto Talanoa³ aponta 401 atos do Poder Executivo Federal que precisam ser revogados ou revisados para a reconstituição da agenda climática e ambiental brasileira. Afinal, em 40 meses, o Executivo publicou mais de 2.000 atos que resultaram no desmonte da legislação socioambiental brasileira.

Vale ressaltar que a pauta de desregulação e desmonte ambiental não foi apenas um objetivo técnico ou político do governo Bolsonaro, mas também fruto de complexo processo marcado por várias formas de corrupção das instituições públicas.

¹¹ <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/constituicao-empresa-e-mercado/por-que-a-corrupcao-esta-aumentando-no-brasil-19102022>

² <https://news.un.org/en/story/2022/11/1130247>

³ <https://www.politicaporinteiro.org/wp-content/uploads/2022/10/Relatorio-Reconstrucao.pdf>

No *Atlas de Clima e Corrupção*, a Transparência Internacional⁴ procura demonstrar como a corrupção tem impactos diretos sobre as políticas climáticas, apresentando cinco importantes eixos de preocupações:

- Distorção de formulação de políticas e normas ambientais e climáticas, através de captura política, influência indevida, financiamento ilegal de partidos e campanhas, desinformação e fake news.
- Fragilização de mecanismos de financiamento climático e mercados de carbono, pois uma das consequências da paralisia e do desvio de recursos é o favorecimento de projetos menos eficientes e eficazes e existência de fraudes em projetos de carbono.
- Precarização dos esforços de adaptação e resposta a eventos extremos em razão de fraudes em licitações e contratos de que resultam o favorecimento na seleção de beneficiários e obras e desvios de recursos em contratações emergenciais.
- Barreiras para que a transição energética ocorra na velocidade necessária, diante de superfaturamento e desvios de recursos em contratos públicos, favorecimento na concessão de incentivos fiscais e conflito de interesse e “portas giratórias”.
- Promoção de desmatamento, degradação florestal e violência contra defensores, em razão de fraudes em sistemas de controle (de madeira, gado, ouro, terras, etc.), lavagem de dinheiro e de "ativos" ambientais e suborno de agentes públicos e privados.

O Relatório da Transparência Internacional aponta interessantes estudos de casos, em que ficam claras as relações entre a corrupção e a degradação ambiental nos últimos quatro anos. Podem ser citados como exemplos:

- Instituições públicas a serviço das mineradoras ⇒ captura das instituições públicas a serviço das mineradoras, o que inclui influência indevida e desinformação para aprovação de leis que autorizam a exploração mineral em terras indígenas, atividades de lobby ilegítimas, conflitos de interesses, financiamento de campanhas e situações de portas giratórias, tais como o movimento de funcionários que saem das mineradoras para assumir

⁴ <https://comunidade.transparenciainternacional.org.br/atlas-clima-e-corrupcao>

posições-chave em órgãos responsáveis pela regulação das mesmas empresas,

- Lavagem de madeira e florestas virtuais no sul da Amazônia ⇒ O suborno de agentes públicos e privados facilitou fraudes associadas ao "esquentamento" de madeira extraída ilegalmente.
- Grilagem verde no mercado de carbono na Ilha do Marajó ⇒ A grilagem gera créditos de carbono fraudulentos e usurpa direitos de comunidades tradicionais em Reservas Extrativistas.
- Poço sem fundo no semiárido nordestino ⇒ Casos de corrupção no Departamento de Obras Contra as Secas prejudicam o fortalecimento da resiliência climática de populações no semiárido.
- Faroeste brasileiro no Oeste da Bahia ⇒ Compra de decisões judiciais levou à legitimação de fraudes em registros imobiliários e à grilagem de terras associada ao desmatamento.
- Congelamento de fundos climáticos em Brasília ⇒ Paralisação de fundos climáticos e seleção de projetos sem critérios técnicos impediram o seu efetivo uso para a ação climática.
- Lobby dos fosseis em Santa Catarina ⇒ A captura política e a desinformação promoveram políticas energéticas que estimularam a geração de eletricidade a partir de fontes fósseis.

Tais estudos de caso são meramente exemplificativos pois as relações entre corrupção e desmonte ambiental têm um componente estrutural. Tanto é assim que o já mencionado Relatório Desconstruir, do Instituto Talanoa⁵, apresenta diversos outros casos, alguns bastante pitorescos, tal como a privatização da Eletrobrás, em que a Medida Provisória que previa a operação apresentava “jabutis” com efeitos deletérios.

É nesse contexto que a Transparência Internacional apresenta uma série de propostas para conter a degradação ambiental causada pela corrupção, tais como medidas de transparência, regulamentação de lobby e conflito de interesses, soluções de integridade para o financiamento de partidos políticos e campanhas, programas de compliance no setor privado e mobilização de órgãos anticorrupção e antilavagem.

⁵ Op.cit.

Aliás, no que se refere à restauração da transparência, o Relatório Reconstruir do Instituto Talanoa também atribui uma grande relevância ao assunto, mostrando os efeitos deletérios de decisões tomadas “a portas fechadas”, ausentes a participação popular e o controle social, bem como de procedimentos de licenciamento ambiental pouco transparentes e equitativos, o que incentiva a corrupção. Daí a importância de iniciativas que, como é o caso da consolidação das informações fundiárias, acabem com os estímulos para a invasão de terras públicas e possam ser convergentes com o propósito de eliminar a grilagem em tais terras.

Mais do que isso, o Instituto Talanoa ressalta a relevância de se fortalecer as ações comando-controle, a fim de acabar com a aceitação e o incentivo a práticas contrárias ao meio ambiente, inclusive por meio do discurso adotado pelo governo, bem como a fim de se retomar a política nacional de mudança do clima, evitando a excessiva centralização da governança e burocratização daí decorrente, o que se acentuou com a paralisação de instrumentos financeiros.

O que fica muito claro, por meio dos estudos recentes a respeito do assunto, é que não temos como entender o desmonte ambiental ocorrido nos últimos quatro anos sem considerar as práticas de corrupção e a promiscuidade entre o público e o privado, que foram muitas vezes a causa principal de várias medidas de desregulação ambiental e do enfraquecimento das políticas protetivas do meio ambiente.

Consequentemente, se quisermos enfrentar o desafio de proteção ao meio ambiente e de restaurar efetivamente a política nacional do clima, precisamos pensar seriamente não somente na reconstrução regulatória, como também na prevenção e na punição da corrupção nessa seara.

Vista sob o enfoque ambiental, a corrupção brasileira é também um problema internacional e planetário, sendo uma das principais causas da crise climática e da degradação de recursos naturais que temos vivido.

Publicado em 23/11/2022

Link: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/constituicao-empresa-e-mercado/corrupcao-e-desmonte-ambiental-no-brasil-23112022>